

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO 0153/2024

PROTOCOLO 1028/2024

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, com sede na Rua Tiradentes, n° 123, Centro, Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob n° 84.591.890/0001-43, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo Empreitada por Preço Unitário, com critério de julgamento **Menor Preço Por Item**, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA SEDE BELÉM NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE CONFORME TERMO REFERÊNCIA**, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/2021, Regulamento do Simae – Resolução n° 0051/2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: O Pregão Eletrônico será processado através do sistema do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

Recebimento das Propostas: até às 08h15min do dia **23/12/2024**.

Abertura da sessão: dia **23/12/2024** a partir das 08h30min.

Referência de horário: Horário de Brasília

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Edital está disponível na íntegra nos sítios do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e do Simae (<https://www.simae.sc.gov.br/licitacao>).

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Exclusivamente pelo site Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra para Sede Belém no Município de Herval d'Oeste conforme Termo de Referência**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste Edital, regularmente estabelecidas no País, desde que atendam às exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos, e que

estejam devidamente cadastrados junto ao Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Não poderão participar desta licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente desta autarquia e dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. agente público desta autarquia e dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público desta autarquia e dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.3.11. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.2 e 2.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto nos itens 2.3.2 e 2.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.9. A vedação de que trata o item 2.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

2.10.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que **QUISEREM** participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.10.2. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e **clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.**

2.10.3. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante a apresentação da **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.**

2.10.3.1. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.10.3.2. A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

2.10.3.3. A Certidão ou Certificado deverá estar **atualizado**, ou seja, emitido a **menos de 120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

2.10.3.4. Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

2.11. A participação nesta Licitação implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha pessoal e intransferível**, para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Simae, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.2. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do Fornecedor ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Simae por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no www.portaldecompraspublicas.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de lances, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Simae e/ou pelo sistema, ou de sua desconexão.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio de propostas.

4.2. De acordo com o art. 63, inciso II, c/c com o art. 17, § 1º, da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, na fase de habilitação, os quais deverão ser enviados no **prazo de 2 (duas) horas**, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações on-line, fornecidas pelo sistema de Pregão Eletrônico:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que está ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

b) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

d) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

f) Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

g) Declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. Caberá ao fornecedor interessado em participar da presente licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.11. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do Edital, que acarretem a alteração de data de abertura do certame, cabe aos fornecedores interessados a atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julguem necessário.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
- b) Marca de cada item ofertado, **para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo "PRÓPRIO"**;
- c) Fabricante de cada item ofertado, **para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo "PRÓPRIO"**;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- e) **A lista de materiais encontra-se em anexo ao Termo de Referência.**

5.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, independentemente de declaração expressa.

5.3. Os custos referentes ao transporte, carga, descarga, diárias e alimentação para a realização do contrato serão de responsabilidade da Contratada e deverão compor o custo total da Contratação;

5.4. Os preços deverão ser cotados com até **02 (dois) dígitos** após a vírgula;

5.5. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas para cada item do Anexo I deste Edital.

5.6. O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação dela.

5.7. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.

5.8. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.13. A licitante vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

5.13.1. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste Edital.

5.14. Em caso de omissão da marca e/ou modelo do produto ofertado, o(a) pregoeiro(a) aceitará as propostas e colherá, após a fase de lances, via chat, da licitante melhor classificada, a(s) informação(ões) referente(s) ao(s) dado(s) faltante(s).

5.14.1. Caso a licitante melhor classificada não responda, no prazo máximo fixado, a indagação do(a) pregoeiro(a) via chat, a sua proposta será considerada desclassificada.

5.15. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Simae, poderão ser desconsiderados pelo(a) pregoeiro(a), cabendo a este(a) agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme Art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, **no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema**, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.15. Encerrada a fase competitiva, sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. O sistema identificará em coluna própria as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538/2015.

6.22.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.22.3. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.25. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27.2. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.27.2.1. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.1.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vício insanável;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.3.2. No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.3.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.3.1 e 7.3.2, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

7.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste Edital e seus anexos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

a) Consulta de Sanções no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

b) Consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Consulta na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3).

8.2.1. As consultas a que se refere o subitem 8.2 poderão ser feitas através do portal de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

8.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.3. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

8.4. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, **será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas ao licitante vencedor, os quais deverão ser enviados no prazo de 2 (duas) horas**, após o envio de mensagem do(a) Pregoeiro(a) via sistema para tanto.

8.5. A **Documentação de Habilitação da PROPONENTE VENCEDORA** será verificada mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato **PDF legível**, os quais devem ser anexados no campo "*Diligência*", que será aberto pelo(a) Pregoeiro(a) pelo prazo de **2 (duas) horas**, após o término da disputa de lances, conforme segue:

8.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.5.1.1. No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.5.1.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.1.5. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.5.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, **pertinente e compatível com o objeto desta licitação**;

8.5.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação;

8.5.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.5.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

8.5.2.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

8.5.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de

comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.5.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei Federal nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.5.3.2. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.4.1. Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, comprovando experiência na execução de obras similares aos solicitados neste termo de referência **que demonstre a realização de serviços equivalentes, principalmente em áreas rurais e de difícil acesso.**

8.5.4.2. O(s) atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente, datado e assinado e, deverá **referir-se a serviços concluídos**, com especificação dos fornecimentos realizados e informações relativas ao desempenho do fornecimento.

8.5.4.3. A empresa contratada deve ser homologada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) para realizar obras de extensão de rede elétrica. Tal homologação é necessária para garantir que a execução dos serviços esteja em conformidade com as normas técnicas de segurança e eficiência energética estabelecidas pela concessionária.

8.5.4.4. Termo de vistoria conforme anexo VI; **OU**

8.5.4.5. Declaração da empresa licitante assinada pelo seu responsável técnico, de que tem conhecimento de todas as informações necessárias à execução dos serviços propostos e que possui condições de executá-los dentro das normas com qualidade e segurança, conforme declaração anexo VI.

8.5.5. DECLARAÇÕES:

8.5.5.1. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, **a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente licitação**, na qual conste o seu enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), visando ao exercício dos direitos previstos nos Arts. 42 a 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar nº 147/2014, quando for o caso;

8.5.5.2. Declaração informando todos os dados (nome, cargo, CPF, endereço comercial completo, telefones, e e-mails institucional) de quem será responsável pela assinatura do

Contrato, caso não for o proprietário deverá encaminhar a procuração registrada lhe dando esses poderes, conforme modelo Anexo V.

8.6. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.7. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e havendo exigência de preenchimento de requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de inabilitação.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

8.12.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato/ata de registro, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação e apresentação dos documentos indicados neste subitem, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.12.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Simae, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.12.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado ao Simae convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/ata de registro, ou revogar a licitação.

8.13. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.

8.19. Nos itens não exclusivos a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto,

previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, contendo os preços unitário e total atualizados em conformidade com a melhor oferta na sessão pública, deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da adjudicação no sistema eletrônico e deverá:

- a) Seguir o modelo do Anexo IV deste Edital;
- b) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- c) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

10.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art.165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, de forma fundamentada.

10.4.1. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.4.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, em campo próprio do sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2. O prazo de vigência do Contrato será de **06 (seis) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo prazo legal, a critério do Simae, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

13.3. A empresa vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Simae para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da empresa vencedora, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da empresa vencedora e aceita pelo Simae.

13.6. Previamente à contratação a Administração realizará Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7. Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Contrato.

13.8. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

13.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Contrato, o Simae, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Contrato.

13.10. A assinatura do Termo de Contrato pode ser efetuada por quaisquer das modalidades de assinatura digital ou eletrônica, nos termos das leis que regem a matéria.

13.11. Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

13.12. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços do Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.13. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da empresa contratada ao Simae, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do envio do empenho ou autorização.

14.2. O prazo de execução previsto no item 14.1 é improrrogável.

14.3. Os interessados poderão vistoriar o local da obra.

14.4. Caso a empresa não deseje vistoriar o local, não poderá fazer alegações com o intuito de prorrogação de prazo de execução.

14.5. A execução do serviço será na cidade de Herval D'Oeste na estrada que liga a comunidade de Sede Belém a comunidade de Barreiros conforme descrito no item 8.1 do termo de referência.

14.6. A execução da obra conforme projeto fornecido pela concessionária.

14.7. Deverá utilizar no mínimo os materiais listados pela concessionária e em conformidade as normas dela, conforme relação em anexo ao Termo de Referência.

14.8. Recebimento do Objeto

14.8.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

14.8.2. Os bens e os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo os bens serem substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis e os serviços corrigidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.8.3. O recebimento provisoriamente constará da entrega dos equipamentos, da conclusão da execução da obra que consta do aceite da CONCESSIONARIA e interligação a rede elétrica dela.

14.8.4. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, ou apontamentos realizados pela Concessionária deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.8.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo Simae durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1 Cabe ao Simae:

- a)** Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b)** Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pela Diretora Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução do Contrato;
- c)** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d)** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da Contratada, no que couber;
- e)** Emitir, através do Setor Contábil, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação;

- f) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
- g) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- h) Fiscalizar a execução do Contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de exigir as correções necessárias quando os serviços não forem considerados satisfatórios;
- i) Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução, em que os serviços estejam sendo prestados de maneira insatisfatória, será a Contratada notificada, para que regularize o atendimento, sob pena de sofrer sanções previstas em Contrato;
- j) O Simae não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- k) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos;
- l) Observar para que durante a execução do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Assegurar que os profissionais utilizados para a prestação de serviços estejam regularmente contratados pela Contratada, examinando o registro na carteira de trabalho;
- n) O Simae reserva-se no direito de realizar o acompanhamento durante a execução das atividades e caso haja divergência com o solicitado realizara a recusa parcial ou total da nota.

15.2 Cabe a Contratada:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Executar a obra conforme projeto fornecido pela concessionária;
- c) Utilizar no mínimo os materiais listados pela concessionária e em conformidade as normas dela
- d) Executar o objeto do presente Edital de acordo com o estipulado nos itens deste Edital e seus Anexos (Tanto o projeto quanto a lista de materiais encontram-se em anexo a este Termo de Referência);
- e) **Comunicar o Simae quando finalizar o serviço;**

f) Descrição da Atividade de Montagem:

- I. A contratada deverá dispor de pessoal e equipamentos necessário para execução do objeto contratual, sendo de responsabilidade da contratada todas as fases desde o preparatório até o recebimento por parte da concessionária e interligação a rede da concessionária

g) Conformidade com Projeto Técnico:

- I. O serviço deve ser executado conforme o projeto técnico a ser elaborado pela CELESC, que incluirá a especificação detalhada dos materiais, componentes e acessórios a serem utilizados, tais como postes, cabos, transformador rebaixador de tensão e demais itens necessários para a extensão da rede elétrica;
- II. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as orientações e especificações do projeto, garantindo que os materiais utilizados sejam de qualidade e compatíveis com as exigências técnicas da CELESC.

h) Caso o serviço executado pela Contratada seja recusado, a Contratada deverá:

- I) **No prazo de 01 (um) útil dia após a Contratada ser notificada da recusa, deverá realizar a retirada do equipamento;**
- II) **E no prazo de 03 (três) dias úteis após a retirada em virtude de recusa, deverá refazer o serviço objeto da recusa, sem custos adicionais ao SIMAE, será considerado para contabilizar o prazo desde o momento da retirada até a devolução do equipamento (loais de retirada e devolução são os mesmos já indicado neste termo de referência).**

i) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;

j) Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao Simae ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O Simae ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a Contratada e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos;

k) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

l) Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução do Contrato;

m) Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da Contratada;

n) Todas as medidas de segurança necessárias devem ser adotadas durante a execução da obra, incluindo sinalização, isolamento da área de trabalho e o cumprimento das normas regulamentadoras relativas à segurança em serviços de eletricidade (NR-10) e em trabalho em altura (NR-35);

- o) A empresa deverá seguir todas as normas ambientais vigentes, com a devida responsabilidade no descarte de materiais, bem como garantir que a obra cause o mínimo impacto possível ao meio ambiente local.
- p) Todas as medidas de segurança necessárias devem ser adotadas
- q) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- r) Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços solicitados;
- s) Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- t) Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade;
- u) A Contratada obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado;
- v) Fornecer e manter atualizado os números de telefone, junto ao CONTRATANTE, informando imediatamente por escrito ao setor de manutenção eletromecânica, quaisquer modificações deles;**
- w) Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado **e com registro em seus respectivos conselhos de classe (CREA/CAU), incluindo engenheiro eletricista responsável pela obra e técnicos especializados em instalações elétricas de alta e baixa tensão;**
- x) **Observar a legislação brasileira sobre segurança e higiene do trabalho, bem como as normas e instruções de segurança do SIMAE. A CONTRATADA é obrigada a manter os trabalhadores com indumentárias adequadas. Os custos com a Segurança e Medicina do Trabalho deverão estar incluídos no preço proposto;**
- y) Refazer, por sua conta, os serviços considerados mal executados ou quando utilizado material de má qualidade;

15.4 Garantia, manutenção e assistência técnica:

- a) O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (Doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da data da nota fiscal;

- b)** A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;
- c)** A garantia deve abranger o equipamento(fornecido) e a instalação(serviço), sendo a realização da manutenção pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;
- d)** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e/ou correções necessárias;
- e)** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;
- f)** Em caso de falhas, interrupções ou qualquer não conformidade identificada durante o período de garantia, a empresa deverá realizar, sem ônus adicional para a autarquia, os reparos e correções necessários, garantindo o pleno funcionamento do sistema elétrico;
- g)** Uma vez notificado o Contratado este deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do comunicado;
- h)** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;
- i)** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;
- j)** Os custos inerentes desde o transporte, carga, descarga, diárias, alimentação, retirada e reinstalação do equipamento, ou peças cobertas pela garantia será de responsabilidade do Contratado;
- k)** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 A despesa resultante desta Licitação ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2024, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.213

17 DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Nota Fiscal, desde que esteja regular.

17.1.1 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, e enviadas ao e-mail resouraria@simae.sc.gov.br e simae@cofrenfe.com.br da qual deverá constar:

- a) data da emissão;
- b) dados do contrato;
- c) período respectivo de execução do contrato;
- d) valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f) nome do banco, agência e o nº da conta bancária receptora do depósito; e
- g) descrição dos itens objeto da contratação.

17.1.2 Na existência de erros, a fiscalização aguardará a regularização por parte da Contratada, iniciando-se novo prazo para conferência e pagamento.

17.2 A nota fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa por ausência de documentação, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

17.3.1 Persistindo a irregularidade, o Fiscal e/ou Gestor do Contrato deverão adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do respectivo processo administrativo, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.4 O Simae poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos etc., devidos pela Contratada, previstos em lei ou nos termos do Contrato.

17.5 No caso de atraso por parte do Simae, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos à Contratada serão atualizados entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, *pro-rata die* de correção monetária.

18 DAS SANÇÕES

18.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores, e neste Edital.

18.2 As penalidades que poderão ser cominadas, isolada ou cumulativamente, à Contratada são:

I. Advertência, que será aplicada na hipótese de dar causa a inexecução parcial do Contrato;

II. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do item em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento);

b) 20% (vinte por cento) no caso de a Contratada não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão do Contrato, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

III. Impedimento de licitar e de contratar com o Simae, pelo prazo de até 3 (três) anos, de acordo com o art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, quando:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) der causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, conforme art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada juntamente com a de multa.

18.4 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

18.4.1 Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

18.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido ao Simae, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

18.4.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Simae à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.5 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Simae.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento do Simae – Resolução nº 51/2024.

18.7 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos, após o recebimento pela Contratada da ordem de serviço/empenho/autorização de fornecimento.

b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Simae por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

18.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle,

de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.10 O Simae deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

19.2 A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizado exclusivamente por meio eletrônico, no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

19.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

19.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.8 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração do Simae.

20.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

20.12 O Simae poderá revogar este Pregão por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

20.12.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

20.13 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.14 Para os casos omissos do presente Edital aplicar-se-á o disposto na Lei 14.133/21 e suas alterações e na Lei Complementar nº 123/2006.

20.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e no site do Simae (www.simae.gov.br).

20.16 O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Joaçaba/SC, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.17 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Estimativa de Preços

Anexo II – Termo de Referência e lista de materiais;

Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo V – Modelo de Cadastro do Responsável pela Assinatura do Contrato;

Anexo VI – Termo de Vistoria ou Declaração de conhecimento.

Anexo VII – Minuta de Contrato.

Minuta de
edital
redigida por
Kelly Cristina
Liermann,
aprovada
pelo Parecer
Jurídico
346/2024 e
baseado nos
documentos
elaborados
pela equipe
técnica.

Joaçaba/SC, 28 de novembro de 2024.

Patrícia Callegari Warken
Diretora-Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

ANEXO I

ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Uni	Objeto	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total
1	Serviço	Contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra conforme especificações contidas neste Termo de Referência.	01	R\$ 40.992,00	R\$ 40.992,00

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

ANEXO II

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA A
EXECUÇÃO DE OBRA DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA**

1. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços especializados para a extensão da rede elétrica e o fornecimento de energia para o novo conjunto motobomba na Comunidade de Sede Belém, no município de Herval D'Oeste, se faz necessária para garantir a continuidade e a qualidade do abastecimento de água potável à população local, serviço público essencial para a saúde e o bem-estar da comunidade. A obra permitirá a captação de água de um poço recentemente perfurado, respondendo a uma demanda urgente de ampliação do sistema de abastecimento.

Atualmente, a Comunidade de Sede Belém enfrenta limitações quanto ao fornecimento regular de água, o que impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores. A instalação de um conjunto motobomba neste novo poço já perfurado resolverá esse problema, mas depende fundamentalmente da disponibilidade de energia elétrica para seu pleno funcionamento. Sem a execução da obra de extensão da rede elétrica e a instalação de um transformador adequado, o conjunto motobomba não poderá ser ativado, o que inviabiliza o fornecimento de água à comunidade.

Além disso, o projeto será desenvolvido em parceria com a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), que elaborará um projeto técnico adequado para a demanda energética do conjunto motobomba, assegurando que todas as normas técnicas de segurança e eficiência energética sejam atendidas. Isso garante que a obra seja realizada de acordo com os padrões exigidos, minimizando riscos futuros de interrupções no fornecimento de energia e falhas operacionais do sistema.

Outro ponto que justifica a contratação é a necessidade de evitar riscos de desabastecimento de água, que poderiam comprometer a saúde pública local. A implementação deste projeto proporcionará um sistema de abastecimento sustentável e seguro, atendendo tanto às demandas imediatas quanto futuras da comunidade.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada para a realização desta obra é imprescindível, dado que se trata de uma intervenção técnica específica, que exige a participação de profissionais homologados pela concessionária de energia e experientes na execução de obras elétricas de alta complexidade. A urgência da demanda, a relevância do serviço público de abastecimento de água e a necessidade de atender às normas técnicas de segurança justificam amplamente a contratação dos serviços propostos.

2. OBJETO

O objetivo da presente contratação é a execução de obras de extensão da rede elétrica e o fornecimento de energia elétrica para o novo conjunto motobomba destinado à captação de água no poço recentemente perfurado na Comunidade de Sede Belém, em Herval D'Oeste. A obra visa garantir o fornecimento contínuo e eficiente de energia elétrica, possibilitando o pleno funcionamento do conjunto motobomba, indispensável para o abastecimento de água potável à comunidade local.

A contratação busca assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público essencial de distribuição de água, minimizando os riscos de desabastecimento e promovendo a sustentabilidade do sistema de captação e fornecimento de água. Além disso, a solução proposta tem como finalidade atender de maneira eficiente e célere à demanda urgente da população de Sede Belém, contribuindo diretamente para o bem-estar e a saúde pública da região.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra conforme especificações contidas neste Termo de Referência (baseado no projeto e lista de materiais encaminhado pela concessionária).
- 3.2. O prazo de vigência do contrato é de 06(seis) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 3.4. Não se admite a subcontratação parcial ou total deste objeto.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em **Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares**, ANEXO I deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, ANEXO I deste Termo de Referência.

6. DO QUANTITATIVO:

ITE M	QUANTID ADE	UNIDA DE	ESPECIFICAÇÃO
1	01	UN	Contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de

			materiais e mão de obra conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
--	--	--	---

Tabela 01 – Quantitativo e Descritivo dos itens para contratação

- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, na forma do Regulamento de Compras do SIMAE.
- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- O prazo de vigência da contratação é de 06(Seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Tanto os bens quanto o serviço poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo assim os bens serem substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades. E os serviços deverão ser corrigidos no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada.

7.1.3. O recebimento provisoriamente constará da entrega dos equipamentos, da conclusão da execução da obra que consta do aceite da CONCESSIONARIA e interligação a rede elétrica dela.

7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, ou apontamentos realizados pela Concessionaria deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo SIMAE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. EXIGÊNCIAS DA AUTARQUIA PARA AQUISIÇÃO

A contratante deverá fornecer objeto desta licitação em conformidade as especificações contidas neste Termo de Referência:

8.1. Características do Local da Execução da OBRA:

- Será executado na Cidade de Herval D'Oeste/SC;
- A obra será executada na estrada que liga a comunidade de Sede Belém a comunidade de Barreiros, próximo a Usina de geração de energia Solar.

OBS: Abaixo segue fotos conforme Google Maps para identificação do local a ser realizado a obra.

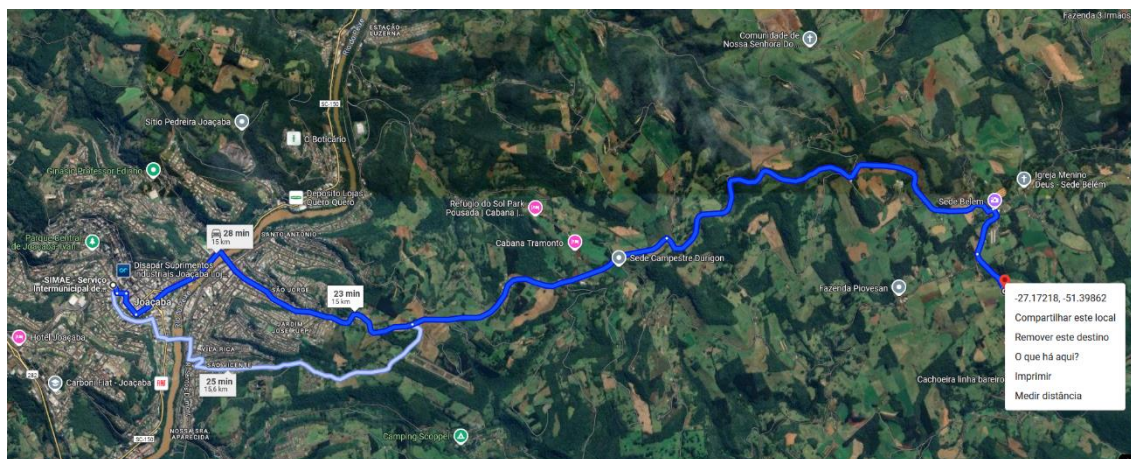


Figura 1 Rota do SIMAE até o Local de execução da Obra



Figura 2 Imagens de localização



Figura 3 Imagem Local Instalação

Link para visualização do local: <https://maps.app.goo.gl/Lzknc2CWTLuSCe8x9>

8.2. Descrição da Contratação:

- A proponente deverá executar a obra conforme projeto fornecido pela concessionária;
- A proponente deverá utilizar no mínimo os materiais listados pela concessionária e em conformidade as normas dela.

OBS: Tanto o projeto quanto a lista de materiais encontram-se em anexo a este Termo de Referência.

8.3. Descrição da Atividade de Montagem:

A contratada deverá dispor de pessoal e equipamentos necessário para execução do objeto contratual, sendo de responsabilidade da contratada todas as fases desde o preparatório até o recebimento por parte da concessionária e interligação a rede da concessionária.

8.4. Equipe Técnica Especializada:

- A empresa deve dispor de profissionais qualificados e com registro em seus respectivos conselhos de classe (CREA/CAU), incluindo engenheiro eletricista responsável pela obra e técnicos especializados em instalações elétricas de alta e baixa tensão.
- A equipe técnica deverá seguir as normas de segurança do trabalho vigentes, especialmente aquelas relativas ao trabalho em redes elétricas e altura, devendo portar os EPIs necessários e adequados para a execução segura da obra.

8.5. Conformidade com Projeto Técnico:

- O serviço deve ser executado conforme o projeto técnico a ser elaborado pela CELESC, que incluirá a especificação detalhada dos materiais, componentes e acessórios a serem utilizados, tais como postes, cabos, transformador rebaixador de tensão e demais itens necessários para a extensão da rede elétrica.

- A empresa contratada deve seguir rigorosamente as orientações e especificações do projeto, garantindo que os materiais utilizados sejam de qualidade e compatíveis com as exigências técnicas da CELESC.

8.6. Segurança e Meio Ambiente:

- A empresa deverá seguir todas as normas ambientais vigentes, com a devida responsabilidade no descarte de materiais, bem como garantir que a obra cause o mínimo impacto possível ao meio ambiente local.
- Todas as medidas de segurança necessárias devem ser adotadas durante a execução da obra, incluindo sinalização, isolamento da área de trabalho e o cumprimento das normas regulamentadoras relativas à segurança em serviços de eletricidade (NR-10) e em trabalho em altura (NR-35).

Essas exigências têm como objetivo assegurar a contratação de uma empresa qualificada, capaz de executar o serviço com excelência e dentro dos padrões técnicos exigidos, garantindo assim a segurança, a eficiência e a continuidade do fornecimento de água potável para a Comunidade de Sede Belém.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Condições de Entrega

9.1.1. O prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias corridos após a emissão do empenho.

9.2. Local de Entrega

9.2.1. A execução do serviço será na cidade de Herval D'Oeste na estrada que liga a comunidade de Sede Belém a comunidade de Barreiros conforme descrito no item 8.1 deste termo de referência;

9.3. Documentos específicos para o momento da Entrega

Será realizado o recebimento após a fiscalização da CELESC ter executado a vistoria da obra e emitido o Termo de Incorporação de Rede.

9.4. Garantia, manutenção e assistência técnica:

9.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (Doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da data da nota fiscal.

9.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.4.3. A garantia deve abranger o equipamento(fornecido) e a instalação(serviço), sendo a realização da manutenção pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.4.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e/ou correções necessárias.

9.4.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.4.6. Em caso de falhas, interrupções ou qualquer não conformidade identificada durante o período de garantia, a empresa deverá realizar, sem ônus adicional para a autarquia, os reparos e correções necessários, garantindo o pleno funcionamento do sistema elétrico.

9.4.7. Uma vez notificado o Contratado este deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do comunicado.

9.4.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.4.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.4.10. Os custos referentes ao transporte, carga, descarga, diárias e alimentação para a realização do contrato serão de responsabilidade da Contratada e deverão compor o custo total da Contratação;

9.4.11. Os custos inerentes desde o transporte, carga, descarga, diárias, alimentação, retirada e reinstalação do equipamento, ou peças cobertas pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.4.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Simae poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.4. As comunicações entre o SIAME e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.5. O SIMAE poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e gestor do contrato ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e habilitação estabelecidos pelo respectivo Edital.

11.2. Habilitação Técnica:

11.2.1. A empresa contratada deve ser homologada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) para realizar obras de extensão de rede elétrica. Tal homologação é necessária para garantir que a execução dos serviços esteja em conformidade com as normas técnicas de segurança e eficiência energética estabelecidas pela concessionária.

11.2.2. A empresa deve comprovar experiência prévia na execução de obras similares, com fornecimento de no mínimo um atestado de capacidade técnica emitido por cliente público ou privado que demonstre a realização de serviços equivalentes, principalmente em áreas rurais e de difícil acesso.

11.2.3. O(s) atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente, datado e assinado e, deverá referir-se a fornecimentos concluídos, com especificação dos fornecimentos realizados e informações relativas ao desempenho do fornecimento.

11.3. Exigências de habilitação:

11.4. Habilitação jurídica:

11.5. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.6. Qualificação Econômico-Financeira

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Objeto	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total
Contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra conforme especificações contidas neste Termo de Referência.	01	R\$ 40.992,00	R\$ 40.992,00

Tabela 02 – Valores estimados para contratação

O custo estimado total da contratação é de R\$ 40.992,00 (Quarenta mil e Novecentos e Noventa e Dois Reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação indicada no Edital.

Joaçaba/SC, 30 de outubro de 2024.

Edson Rodrigo Besbati
Gerente do SME

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

LISTA DE MATERIAIS



Celesc
Distribuição S.A.

**Relatório de Materiais Previstos
A Instalar e Retirar**

ARJOA
JOAÇABA

Finalidade: 130 - ATENDIMENTO AO SEGUNDO PONTO NA

NOTA PS nº: 400729004

Consumidor: SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Endereço da Obra: DISTRITO SEDE BELEM,

Município: HERVAL D'OESTE

Bairro: L SEDE BELEM/H OESTE

Eqpto. Referência: 86539

MATERIAL A INSTALAR			Reserva:		Projeto:	
Item	Cód.	Descrição	Unid.	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
1	2189	ADAP ESTR CUNHA AL RET 1/0-2/0AWG35MM2AZ	PEC	0,00	6,000	0,00
2	6168	ALCA PREFORM CORDOAL AC 9,50MM 890MM LR	PEC	0,00	1,000	0,00
3	2270	ARMAÇAO SECUNDARIA 1 ESTRIBO 125X110MM	PEC	0,00	4,000	0,00
4	1827	ARRUELA QUADRADA LISA ACO D18X38X38X3MM	PEC	0,00	6,000	0,00
5	36240	CABO ACO MENSAGEIRO RD COMP 9,5MM 7 FIOS	KG	0,00	5,778	0,00
6	229	CABO ACO ZINCADO 6,4MM MR/SM 1430DAN 7F	KG	0,00	0,515	0,00
7	15752	CABO COBERTO AL XLPE 25KV 50MM2	M	0,00	42,593	0,00
8	30377	CABO COBERTO CU XLPE 15 KV 16 MM2	M	0,00	18,600	0,00
9	5313	CABO ISOL CU 0,6/1KV 35MM2 PRETO	M	0,00	6,000	0,00
10	5332	CABO ISOL CU 450/750V 25MM2 PR EX-FLEX	M	0,00	2,000	0,00
11	5230	CABO NU COBRE 7 FIOS 25 MM2	KG	0,00	5,785	0,00
12	17032	CARTUCHO METALICO CALIBRE 22 AZUL	PEC	0,00	6,000	0,00
13	17031	CARTUCHO METALICO CALIBRE 22 VERMELHA	PEC	0,00	1,000	0,00
14	7753	CHAVE FUS 1P 25,8KV BASE C 300A PF 100A	PEC	0,00	3,000	0,00
15	2004	CINTA POSTE CIRCULAR DI 250MM 5000DAN	PEC	0,00	1,000	0,00
16	2005	CINTA POSTE CIRCULAR DI 260MM 5000DAN	PEC	0,00	4,000	0,00
17	2007	CINTA POSTE CIRCULAR DI 280MM 5000DAN	PEC	0,00	1,000	0,00
18	21755	CONEC CUNHA ATERR CU/AI 25/35MM2XD13MM	PEC	0,00	6,000	0,00
19	6786	CONEC CUNHA CU-SN CB 25MM2X25MM2 VM	PEC	0,00	1,000	0,00
20	6383	CONECTOR CUNHA RAMAL I-SIMETRICO CZ	PEC	0,00	4,000	0,00
21	6774	CONECTOR LV CU-SN CB 16-120MM2 10-70MM2	PEC	0,00	6,000	0,00
22	13600	CRUZETA TUBULAR ACO 90X90X2000MM	PEC	0,00	2,000	0,00
23	7565	ELO FUSIVEL DISTRIBUICAO H 1A 500MM	PEC	0,00	3,000	0,00
24	256	FITA ISOLANTE PVC 19MMX20M PRETA	PEC	0,00	2,000	0,00
25	35107	FIXADOR DE PERFIL U PARA REDE COMPACTA	PEC	0,00	1,000	0,00
26	2167	HASTE ATERRAMENTO ACO/COBRE 13X2400MM	PEC	0,00	6,000	0,00
27	14168	ISOLADOR ANC POLIMERICO 23,1KV	PEC	0,00	6,000	0,00
28	5013	ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 45MM 600V	PEC	0,00	4,000	0,00
29	36159	KIT PARAFUSO CAB SEXT INOX M12X60MM	CJ	0,00	4,000	0,00
30	6183	MANILHA SAPATILHA ACO 20MM 5000DAN	PEC	0,00	6,000	0,00
31	41982	MANTA RECUPERACAO COBERTURA CABO COBERTO	M	0,00	1,800	0,00
32	2181	MAO FRANCESA PERF ACO 1010/1020 726MM	PEC	0,00	2,000	0,00
33	2242	OLHAL ACO PARA PARAFUSO 16MM 5000DAN	PEC	0,00	7,000	0,00
34	7626	PARA-RAIO DISTRIB 21KV 10KA OXIDO ZINCO	PEC	0,00	3,000	0,00
35	1794	PARAFUSO CAB ABAUL ACO 7007 16X150X75MM	PEC	0,00	1,000	0,00
36	1798	PARAFUSO CAB ABAUL ACO 7007 16X45X45MM	PEC	0,00	4,000	0,00
37	1799	PARAFUSO CAB ABAUL ACO 7007 16X70X60MM	PEC	0,00	4,000	0,00
38	1620	PARAFUSO CAB QUAD ACO 7007 16X125X80MM	PEC	0,00	2,000	0,00
39	1666	PARAFUSO CAB QUAD ACO 7007 16X150X80MM	PEC	0,00	2,000	0,00
40	18955	PERFIL U ACO 7007 6,93X38,05X900MM FC-7	PEC	0,00	1,000	0,00
41	4642	POSTE CONCRETO CIRC 12M 600DAN 1 SEGM	PEC	0,00	1,000	0,00
42	2153	SAPATILHA CABO DE ACO 54X75MM	PEC	0,00	1,000	0,00
43	6181	SECCIONADOR PREF CERCA 3,26-4,11MM 650MM	PEC	0,00	5,000	0,00
44	2179	SELA CRUZETA ACO CARBONO GALVANIZADO	PEC	0,00	1,000	0,00

MATERIAL À INSTALAR			Reserva:		Projeto:	
Item	Cód.	Descrição	Unid.	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
45	2086	SUPORTE L COM PARAFUSOS 205X85MM 200DAN	PEÇ	0,00	3,000	0,00
46	2100	SUPORTE TD POSTE CIRC D255MM	PEÇ	0,00	1,000	0,00
47	2105	SUPORTE TD POSTE CIRC D270MM	PEÇ	0,00	1,000	0,00
48	27279	TD 3F 30 KVA 23,1KV 220/380 V 25 KV	PEÇ	0,00	1,000	0,00
49	25587	TERMINAL COMPR PRE-ISOL BT CB 35MM2 VM	PEÇ	0,00	4,000	0,00
					Total R\$	0,00

MATERIAL À RETIRAR			Ordem Desativação:			
Item	Cód.	Descrição	Unid.	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
					Total R\$	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS					
Quant. Postes Inst.:	1	Quant. Trafos Inst.:	1	Peso Bruto Mat.Inst. (exceto postes):	476,577
Quant. Postes Ret.:	0	Quant. Trafos Ret.:	0	Peso Bruto Mat. Ret. (exceto postes):	0,000

Finalidade: 130 - ATENDIMENTO AO SEGUNDO PONTO NA MESMA

NOTA PS nº: 400729004

Consumidor: SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Endereço da Obra: DISTRITO SEDE BELEM,

Município: HERVAL D'OESTE

Bairro: L SEDE BELEM/H OESTE

Eqpto. Referência: 86539

SERVIÇOS À INSTALAR			LINHA VIVA			
Item	Cód.	Descrição	Unid	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
1	651461	DESLOCAMENTO DE PESSOAL	ULV	0,00	28,000	0,00
2	642031	Instalar Estrut N3,B3,M3,T3 -1 Cruzeta	CJ	0,00	1,000	0,00
3	645103	Limpeza, Reaperto ou Subst. Conector	UN	0,00	3,000	0,00
4	653578	Registro e acompanhamento	UN	0,00	1,000	0,00
					Subtotal	0,00
					Subtotal R\$	0,00

SERVIÇOS À INSTALAR			LINHA MORTA			
Item	Cód.	Descrição	Unid	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
1	300025	ATERRAMENTO SIMPLES - UMA HASTE	UA	0,00	1,000	0,00
2	300026	ATERRAMENTO SIMPLES, DEMAIS HASTES, POR	UA	0,00	4,000	0,00
3	300006	Abert. Cava em Rocha Sem Uso Explosivo	UA	0,00	1,000	0,00
4	300042	CONCRETAGEM DE BASE	UA	0,00	1,000	0,00
5	300291	INSTALAÇÃO DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA	UA	0,00	4,000	0,00
6	300314	INSTALAÇÃO DE CHAVE UNIPOLAR	UA	0,00	3,000	0,00
7	300368	INSTALAÇÃO DE PARA-RAIOS (POR UNIDADE)	UA	0,00	3,000	0,00
8	300384	INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO	UA	0,00	1,000	0,00
9	653282	Inst de cruzeta aux simp. de aço ou poli	UA	0,00	1,000	0,00
10	653112	Inst. de terminal a compressão, por cond	UA	0,00	4,000	0,00
11	300371	Instalação Poste 12 a 15m com Guindauto	UA	0,00	1,000	0,00
12	300321	Instalação de conector tipo cunha	UA	0,00	1,000	0,00
13	300343	Instalação de estrutura CE3	UA	0,00	1,000	0,00
14	300408	Lançam cb coberto até 70mm², por km	KM	0,00	0,041	0,00
15	300420	Lançamento de cordoalha de aço (mensagei	KM	0,00	0,014	0,00
16	300678	SECCIONAMENTO DE CERCAS	UA	0,00	1,000	0,00
17	652150	SERVIÇO UTILIZAÇÃO SOFTWARE DE SEGURANÇA	UA	0,00	1,000	0,00
18	300752	Trans. mat. percurso até 20 km p/kg	KG	0,00	1,000	0,00
19	300754	Transp poste >= 12m e 1000dan até 20 km	UA	0,00	1,000	0,00
					Subtotal	0,00
					Subtotal R\$	0,00

SERVIÇOS À RETIRAR			LINHA VIVA			
Item	Cód.	Descrição	Unid	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
					Subtotal	0,00
					Subtotal R\$	0,00

SERVIÇOS À RETIRAR			LINHA MORTA			
Item	Cód.	Descrição	Unid	Preço Unit.	Quant.	Preço Total
					Subtotal	0,00
					Subtotal R\$	0,00

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI 14.133/21

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso I da Lei n. 14.133/2021).

O aumento do consumo de água, aliado à redução da vazão do poço existente, comprometeu a capacidade de atendimento às demandas da comunidade de Sede Belém, localizada no município de Herval D'Oeste. A crescente demanda ultrapassou a capacidade de fornecimento do poço atual, colocando em risco a continuidade do abastecimento de água para a população local.

Em resposta a essa situação, o SIMAE realizou a perfuração de um novo poço, com o objetivo de garantir um abastecimento adequado e contínuo para a comunidade. Entretanto, para viabilizar o funcionamento desse novo poço, é imprescindível o fornecimento de energia elétrica, que permitirá a operação eficiente do conjunto motobomba, responsável pela captação e distribuição da água.

A contratação de serviços ou produtos para garantir o fornecimento de energia elétrica ao sistema de bombeamento é, portanto, uma medida essencial para assegurar a continuidade e a segurança do abastecimento de água na região. Tal ação visa prevenir desabastecimentos futuros e atender de forma adequada às necessidades da população, resguardando o direito ao acesso a serviços públicos essenciais, conforme determina o interesse público.

2. ÁREA REQUISITANTE

Setor de Manutenção Eletromecânica

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18º, § 1º, inciso V da Lei n. 14.133/2021).

Para garantir o funcionamento do conjunto motobomba destinado à captação de água no novo poço perfurado na Comunidade de Sede Belém, localizada em Herval D'Oeste, várias alternativas estão disponíveis no mercado. Cada opção possui características específicas quanto à viabilidade técnica, custos de implantação e operação, bem como impacto ambiental.

A seguir, são apresentadas as principais alternativas para suprir a necessidade de fornecimento de energia elétrica:

1. Conexão à Rede Elétrica Convencional (CELESC)

Descrição: A conexão do sistema de bombeamento à rede elétrica da concessionária local, a Centrais Elétricas de Santa Catarina Doravante chamada CELESC, seria a solução mais direta para fornecer energia ao conjunto motobomba.

- **Vantagens:**

Confiabilidade e estabilidade de fornecimento pela concessionária.

A operação e a manutenção do sistema elétrico após implantado ficariam ao em cargo da CELESC.

- **Desvantagens:**

Necessidade de realização de obras de extensão de rede elétrica para conectar o sistema ao poço recém-perfurado, o que pode aumentar os custos iniciais de implantação.

Custo contínuo de consumo de eletricidade, sujeito a reajustes tarifários.

Em áreas rurais, pode haver maior vulnerabilidade a quedas de energia, afetando a continuidade do serviço.

2. Geradores a Combustível (Diesel ou Gasolina)

Descrição: Utilização de geradores movidos a combustíveis fósseis (diesel ou gasolina) para alimentar o conjunto motobomba de forma independente da rede elétrica.

- **Vantagens:**

Independência da rede elétrica, permitindo operação em áreas onde a extensão da rede é inviável ou demasiadamente onerosa.

Instalação rápida e relativamente simples.

- **Desvantagens:**

Alto custo operacional devido ao consumo contínuo de combustível.

Emissão de poluentes, o que causa impacto ambiental negativo.

Necessidade constante de reabastecimento e manutenção periódica dos geradores, além do risco de interrupção por sinistros.

3. Sistema de Energia Solar Fotovoltaica

Descrição: Instalação de painéis solares para captar energia solar e convertê-la em eletricidade para o funcionamento da motobomba.

- **Vantagens:**

Energia limpa, renovável e com baixo impacto ambiental.

Redução significativa de custos operacionais a médio e longo prazo, uma vez que não depende de tarifas de energia elétrica ou combustíveis fósseis.

Possibilidade de integrar o sistema com baterias para armazenar energia, garantindo operação contínua mesmo em períodos sem insolação.

- **Desvantagens:**

Custo inicial elevado para aquisição e instalação dos painéis solares e sistemas auxiliares.

Necessidade de avaliação precisa das condições climáticas locais, uma vez que a eficiência do sistema depende da disponibilidade de luz solar, podendo ser menos eficiente em dias nublados ou chuvosos.

Requer uma área maior para a instalação dos painéis fotovoltaicos.

4. Sistema Híbrido (Solar + Rede Elétrica ou Solar + Gerador)

Descrição: Combinação de energia solar com a rede elétrica da CELESC ou com geradores a combustível, permitindo uma operação flexível com fontes complementares de energia.

- **Vantagens:**

Redução dos custos operacionais ao utilizar energia solar quando disponível, complementada por uma fonte secundária (rede elétrica ou gerador) em momentos de baixa produção solar.

Maior confiabilidade no abastecimento de energia, com backup em caso de interrupções ou falta de insolação.

- **Desvantagens:**

Custo inicial elevado para a implementação de dois sistemas energéticos.

Maior complexidade na manutenção, uma vez que o sistema requer integração de fontes diferentes de energia.

Necessidade de planejamento para otimizar a operação e reduzir ao máximo os custos associados ao uso do gerador ou da rede elétrica.

Considerando as soluções apresentadas, podemos destacar a solução de conexão à rede elétrica convencional da CELESC como a melhor opção para garantir o fornecimento de energia elétrica ao conjunto motobomba destinado à captação de água no novo poço da Comunidade de Sede Belém, considerando diversos fatores críticos como custo de implantação, custo de manutenção e características específicas dessa solução.

1. Custo de Implantação

A CELESC se encarregará do desenvolvimento do projeto para a extensão da rede elétrica, o que resulta em uma significativa economia de recursos financeiros. Ao evitar a necessidade de contratar uma empresa externa para a elaboração do projeto, o custo total da implantação é reduzido. Além disso, a concessionária possui experiência e know-how na execução desse tipo de serviço, o que contribui para a eficiência e agilidade na implementação.

2. Custo de Manutenção

Uma vez conectada à rede elétrica, a manutenção do sistema se torna mais simples e menos onerosa, pois esta passa ser de responsabilidade da concessionária até o padrão de entrada. A energia elétrica fornecida pela CELESC é, em sua maioria, estável e confiável, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes e minimizando custos associados a reparos e manutenções corretivas que poderiam ocorrer com sistemas alternativos, como geradores a combustíveis ou sistemas solares.

3. Confiabilidade e Continuidade do Abastecimento

A conexão à rede elétrica convencional garante um fornecimento de energia contínuo e confiável, fundamental para a operação do conjunto motobomba. Essa confiabilidade é crucial para evitar desabastecimentos de água, assegurando que a comunidade de Sede Belém tenha acesso a um recurso essencial. A estabilidade do fornecimento minimiza os riscos associados a falhas que podem ocorrer em soluções alternativas, como geradores, que dependem de reabastecimento contínuo e manutenção regular.

4. Empresas Homologadas

A execução dos serviços de extensão da rede elétrica obrigatoriamente deverá ser realizada por empresas homologadas pela CELESC. Isso não apenas assegura a conformidade com os padrões técnicos exigidos, mas também garante a qualidade e segurança dos serviços prestados. A homologação das empresas proporciona um adicional de confiança, pois essas empresas são capacitadas e experientes na execução de obras elétricas, alinhadas às normas estabelecidas pela concessionária.

5. Sustentabilidade a Longo Prazo

A conexão à rede elétrica convencional é uma solução sustentável a longo prazo. A dependência de fontes de energia não renováveis, como diesel, nos geradores, acarreta custos recorrentes e impactos ambientais que podem ser evitados. A energia elétrica fornecida pela CELESC oferece uma solução mais sustentável, contribuindo para a preservação ambiental.

Conclusão

Em síntese, a conexão à rede elétrica convencional da CELESC representa a melhor solução para atender à necessidade de fornecimento de energia elétrica para o conjunto motobomba na Comunidade de Sede Belém. A combinação de custos de implantação e manutenção reduzidos, a confiabilidade do fornecimento de energia, a qualidade garantida pelos serviços realizados por empresas homologadas e a sustentabilidade a longo prazo tornam essa solução a mais viável e eficaz para garantir a continuidade do abastecimento de água, essencial para a qualidade de vida da população local.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução a ser contratada consiste na execução de obras para a extensão da rede elétrica e no fornecimento de energia elétrica para o novo conjunto motobomba destinado à captação de água no poço recentemente perfurado na Comunidade de Sede Belém, em Herval D'Oeste. Esta medida visa atender à demanda de abastecimento de água potável para a população local, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço público essencial.

A obra incluirá a instalação de postes, cabos e demais acessórios necessários para a extensão da rede elétrica até o local do poço, além do fornecimento e instalação de um transformador rebaixador compatível com a carga instalada do conjunto motobomba. O projeto será desenvolvido em consulta com a CELESC, que, a partir dessa consulta, elaborará um projeto técnico para atender à demanda específica e lista de materiais necessários para a execução da obra.

O principal objetivo é garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica para o funcionamento do conjunto motobomba, assegurando a captação eficiente de água e o abastecimento regular para a Comunidade de Sede Belém, minimizando riscos de desabastecimento e garantindo a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água.

A execução dos serviços será realizada por empresas homologadas pela CELESC, garantindo a conformidade com as normas técnicas e a qualidade da obra. As obras deverão ser finalizadas em um prazo que permita a rápida operacionalização do sistema de captação de água, atendendo assim à urgência da demanda da comunidade.

Dessa forma, a descrição da solução a ser contratada tem como foco a efetiva extensão da rede elétrica para possibilitar o fornecimento de energia ao novo conjunto motobomba, atendendo a uma necessidade vital da Comunidade de Sede Belém e garantindo a continuidade do abastecimento de água, além de proporcionar um impacto positivo na saúde pública e no bem-estar da população local.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso III da Lei n. 14.133/2021).

Para a contratação da solução de extensão da rede elétrica e fornecimento de energia elétrica para o conjunto motobomba destinado à captação de água na Comunidade de Sede Belém, os seguintes requisitos devem ser observados:

1. Normas Técnicas

A execução da obra deve atender a todas as normas técnicas aplicáveis, incluindo aquelas estabelecidas pela ANEEL e pela CELESC.

Os produtos utilizados na obra devem possuir Certificado de Homologação de Produto (CHP), conforme a Norma E-313.0045, e estar na Lista de Produtos que requerem Homologação, garantindo a qualidade necessária para as intervenções nas redes de distribuição.

O projeto de extensão de rede, elaborado pela CELESC, deve ser seguido rigorosamente, assim como a lista de materiais expedidos pela concessionária, assegurando a conformidade com as normas técnicas.

2. Segurança e Saúde no Trabalho

A contratada deve cumprir rigorosamente todas as normas de segurança e saúde no trabalho, assegurando a proteção dos trabalhadores envolvidos na execução da obra, conforme regulamentações vigentes. Deverá ser observado em especial as normas para trabalhos em altura e serviços em redes energizadas.

3. Subcontratação

Não será permitida a subcontratação dos serviços, devendo a empresa contratada realizar todas as etapas da execução da obra.

4. Prazo de Entrega

O prazo máximo para a entrega e conclusão dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Esse prazo deve ser rigorosamente respeitado para garantir a eficácia do atendimento à demanda da Comunidade de Sede Belém.

5. Certificado de Homologação Técnica de Empreiteira (CHTE)

A contratada deve possuir o Certificado de Homologação Técnica de Empreiteira (CHTE), conforme disposto na resolução 1.000/2021 da CELESC, que visa promover a qualidade dos serviços prestados nas intervenções nas redes de distribuição.

Esses requisitos são fundamentais para assegurar a qualidade, segurança e eficiência na contratação da solução de extensão da rede elétrica, garantindo que as necessidades da Comunidade de Sede Belém sejam atendidas de forma adequada e em conformidade com as regulamentações vigentes.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18º, § 1º, inciso VII da Lei n. 14.133/2021).

A solução proposta consiste na extensão da rede elétrica para a Comunidade de Sede Belém, com o objetivo de garantir o fornecimento adequado de energia para o funcionamento de um conjunto motobomba, destinado à captação de água de um novo poço. Esse projeto é essencial para atender à crescente demanda por água potável na comunidade, assegurando a continuidade do abastecimento e a qualidade do serviço prestado.

A obra de extensão da rede elétrica será executada conforme o projeto e a lista de materiais fornecidos pela CELESC, em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente essas especificações, garantindo que os materiais utilizados e os procedimentos adotados estejam de acordo com os padrões estabelecidos pela concessionária.

Além disso, a empresa responsável pela execução da obra deverá oferecer assistência técnica qualificada, assegurando que profissionais capacitados estejam disponíveis para atender a eventuais demandas de suporte técnico e emergências. Os serviços de assistência técnica deverão ser realizados de forma ágil, com prazos de atendimento definidos contratualmente, e contemplar a necessidade de deslocamento de técnicos ao local da instalação, caso necessário.

A contratada deverá também manter registros detalhados de todas as atividades de assistência técnica realizadas, incluindo intervenções e recomendações para garantir a continuidade operacional do sistema. Relatórios periódicos deverão ser fornecidos ao SIMAE, permitindo o acompanhamento e a avaliação das condições de funcionamento do sistema elétrico e dos equipamentos instalados.

7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE (art. 18º, § 1º, inciso IV da Lei n. 14.133/2021)

Para esta contratação é necessária a contratação da mão de obra para execução com fornecimento de materiais conforme lista em anexo a este ETP.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021).

A Estimativa do valor para a Obra de extensão da Rede Elétrica conforme as necessidades descritas no Termo de Referência é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, inciso VIII da Lei n. 14.133/2021).

Por se tratar de contratação de empresa especializada homologada pela concessionária para a execução do serviço e a necessidade de utilização de materiais homologados junto a concessionária, esta contratação não permite parcelamento.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 18º, § 1º, inciso II da Lei n. 14.133/2021).

Para a contratação em epígrafe, não há necessidade de contratações/aquisições correlatas.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18º, § 1º, inciso IX da Lei n. 14.133/2021).

A implementação da solução de extensão da rede elétrica para a Comunidade de Sede Belém, além de garantir o fornecimento adequado de energia para o funcionamento do conjunto motobomba, visa gerar resultados significativos em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A especificação técnica utilizada é fundamental para assegurar a continuidade do abastecimento de água à comunidade, evitando interrupções e promovendo a eficiência do sistema.

1. Redução de Custos Operacionais

A conexão à rede elétrica convencional da CELESC permitirá um fornecimento contínuo e confiável de energia, essencial para o funcionamento ininterrupto do sistema de bombeamento de água. Isso elimina a necessidade de soluções temporárias ou emergenciais, como o uso de geradores, que são mais onerosos e menos eficientes.

A elaboração do projeto e a especificação dos materiais pela própria CELESC garantem uma economia significativa, reduzindo despesas com a concepção do projeto e com a aquisição de materiais, além de assegurar a conformidade com as normas técnicas da concessionária, o que promove a durabilidade do sistema e reduz os custos a longo prazo.

2. Manutenção Simplificada e Menor Despesa a Longo Prazo

A utilização de materiais e equipamentos homologados pela CELESC, conforme sua especificação técnica, minimiza a necessidade de manutenções frequentes, aumentando a confiabilidade do sistema. Com isso, os custos de manutenção são reduzidos, assegurando uma operação contínua e sem interrupções no abastecimento de água.

A ausência de subcontratação e o uso de empresas homologadas para a execução da obra eliminam sobrecustos e garantem a qualidade dos serviços prestados, o que se traduz em menos intervenções corretivas e maior eficiência no uso dos recursos financeiros.

3. Aproveitamento Ótimo dos Recursos Humanos

A contratação de empresas homologadas pela CELESC, com equipes técnicas altamente qualificadas, proporciona uma execução eficiente e rápida da obra, otimizando o uso dos recursos humanos envolvidos no projeto e reduzindo o tempo necessário para ajustes e correções.

A confiabilidade do sistema elétrico instalado, juntamente com a continuidade do fornecimento de água, reduzirá a necessidade de intervenções constantes pelas equipes de manutenção do SIMAE, permitindo que esses recursos humanos sejam alocados para outras demandas importantes.

4. Sustentabilidade Financeira e Operacional a Longo Prazo

A escolha pela energia elétrica da rede convencional da CELESC, em vez de soluções locais de geração mais caras, como geradores, garante uma operação sustentável a longo prazo, com custos operacionais controlados e previsíveis. Isso permite uma melhor gestão financeira dos recursos da Administração, possibilitando a destinação de economias para outras melhorias necessárias.

A especificação técnica aplicada também reduz a ocorrência de falhas e, por consequência, custos com manutenção emergencial, contribuindo para a continuidade do abastecimento de água, que é essencial para a qualidade de vida da população atendida.

5. Melhor Aproveitamento de Materiais

Os materiais especificados pela CELESC são projetados para atender a padrões rigorosos de qualidade, o que garante uma durabilidade maior e menor necessidade de substituições. Isso otimiza o uso dos materiais e evita desperdícios, contribuindo para a economicidade do projeto e a continuidade do fornecimento de água sem interrupções.

6. Continuidade do Abastecimento de Água

A solução técnica adotada, com a extensão da rede elétrica e o fornecimento contínuo de energia, assegura que o conjunto motobomba funcione de maneira eficiente, garantindo a captação e distribuição regular de água à Comunidade de Sede Belém. Isso evita interrupções no serviço, um fator crítico para o bem-estar da população, especialmente em períodos de maior demanda.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (art. 18º, § 1º, inciso X da Lei n. 14.133/2021)

A autarquia deverá nivelar os pontos onde os postes serão instalados, alinhando-os com a via, o que facilitará o correto engaste dos mesmos.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18º, § 1º, inciso XII da Lei n. 14.133/2021)

Esta aquisição não resultará em impactos ambientais.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18º, § 1º, inciso XVIII da Lei n. 14.133/2021)

Após a análise detalhada dos fatores envolvidos, conclui-se que a contratação para a extensão da rede elétrica destinada a atender a demanda de fornecimento de energia ao conjunto motobomba da Comunidade de Sede Belém é viável e necessária para garantir a continuidade do abastecimento de água na região. Essa conclusão se baseia em diversos elementos e aspectos analisados ao longo do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A necessidade de garantir o abastecimento contínuo de água à Comunidade de Sede Belém surge diante do aumento do consumo e da redução da vazão do poço existente, o que comprometeu a capacidade de atendimento às demandas locais. Com a perfuração de um novo poço, é imprescindível o fornecimento de energia elétrica para assegurar a operação eficiente do sistema de bombeamento, de modo a evitar interrupções no fornecimento de água. Essa contratação, portanto, é fundamental para atender às necessidades da comunidade e prevenir futuros desabastecimentos.

No levantamento de mercado, foram avaliadas diversas alternativas de fornecimento de energia, incluindo a conexão à rede elétrica convencional da CELESC, geração solar fotovoltaica e geradores a diesel. A conexão à rede elétrica convencional se mostrou a solução mais adequada em termos de custo de implantação, eficiência operacional e sustentabilidade financeira a longo prazo. O projeto será desenvolvido pela própria CELESC, e os materiais serão fornecidos de acordo com sua lista e especificações técnicas, o que garante economia e conformidade com os padrões exigidos.

A solução adotada consiste na extensão da rede elétrica para alimentar o conjunto motobomba do novo poço. A execução seguirá o projeto e a lista de materiais fornecidos pela CELESC, em conformidade com as normas técnicas e regulatórias, sendo realizada por empresas homologadas, o que assegura a qualidade dos serviços e a eficiência do sistema. Essa medida é essencial para garantir a continuidade do abastecimento de água à comunidade, promovendo a durabilidade do sistema e a redução de custos com manutenções frequentes.

Em resumo, a viabilidade da contratação é confirmada pela análise dos principais elementos. A necessidade de garantir o abastecimento contínuo de água, a escolha da solução mais econômica e eficiente, e a segurança de utilizar materiais e empresas homologadas pela concessionária CELESC justificam a decisão de prosseguir com a contratação. A solução atende às necessidades da comunidade e assegura a sustentabilidade do sistema a longo prazo, com qualidade e eficiência operacional.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS (art. 6º, XXVII da lei 14.133/21)

MAPA DE RISCOS

RISCO 01			
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
Dificuldade na contratação de fornecedor homologado pela CELESC			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
A empresa selecionada não possuir a homologação necessária pela concessionária CELESC, o que atrasaria o início da obra.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Verificar previamente se a empresa está homologada ou se já realizou serviços para a CELESC em projetos similares 		Equipe de planejamento	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Buscar junto a concessionaria lista de empresas homologadas. 		Equipe de planejamento	

RISCO 02			
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
Projeto técnico inadequado ou com erros			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
O projeto fornecido pela CELESC pode apresentar erros ou inadequações que comprometam a execução ou exijam ajustes, atrasando a obra e aumentando custos.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Reunião prévia com a equipe técnica da CELESC para garantir a aderência do projeto às necessidades da comunidade 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Solicitar revisões imediatas no projeto, garantindo agilidade na correção dos erros antes do início das obras. 		Requisitante técnico	

RISCO 03			
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato			
Falta de competitividade no processo licitatório			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Poucas empresas homologadas podem participar do processo licitatório, limitando a competição e elevando os preços			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar ampla divulgação da licitação e contato direto com empresas homologadas para garantir maior participação. 		Requisitante técnico	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a viabilidade de reabertura do certame ou redefinir o escopo com ajustes para atrair mais fornecedores. 		Requisitante técnico	

RISCO 04			
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato			
Atraso na execução da obra			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
A obra pode sofrer atrasos devido a problemas logísticos, falta de materiais, ou condições climáticas adversas, comprometendo o cronograma estabelecido			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Revisar minuciosamente o edital para identificar quaisquer exigências que possam parecer excessivas ou restritivas. Identificar exigências que parecem desnecessárias, verificar se podem ser ajustadas para permitir uma competição mais ampla; 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação crítica do edital; 		Requisitante técnico	

- Comunicação com o órgão responsável

RISCO 05			
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato			
Não realizar ampla pesquisa de mercado durante o estudo técnico preliminar da Contratação.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano			
Analisar apenas uma solução de mercado; A solução definida não atender aos resultados pretendidos; Fragilidade na justificativa da contratação.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo comparativo entre várias soluções da Gestão municipais. • Elaborar Estudo Técnico Preliminar robusto, que apresente estudo comparativo realizado. • Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consultar sítios da internet, de modo a buscar número possível de fontes. 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> • Seguir os parâmetros determinado no decreto municipal para efetuar a pesquisa de mercado; 		Responsável pelo Termo de Referência	

RISCO 06			
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato			
Indisponibilidade orçamentária frente a valores orçados nos primeiros levantamentos de mercado (ausência de recursos orçamentários ou financeiros).			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Impossibilidade de contratar a solução			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> • Reservar dotação orçamentária adequada. 		Departamento de Finanças	

Ação de Contingência	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Realizar planejamento orçamentário a fim de realizar a aquisição da solução pretendida. 	Equipe de planejamento da contratação

RISCO 07			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Desinteresse das empresas especializadas para o fornecimento e/ou serviço de instalação do equipamento.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Não comparecimento das empresas especializadas e conseqüentemente a não aquisição e realização do serviço necessário.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação crítica do Estudo técnico, Termo de referência sobre especificações técnicas exigidas; Revisão crítica do Estudo técnico 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do processo licitatório. 		Equipe de Licitação	

RISCO 08			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Apresentação de documentação falsa ou vencida por parte da empresa.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Contratação de empresa indevida.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de Documentos originais com cópias autenticadas em cartório, ou verificação no ato do recebimento conferindo com os originais. Consulta em sites de órgãos oficiais. 		Contratante/contratada	
Ação de Contingência		Responsável	

<ul style="list-style-type: none"> • Verificação mais rigoroso, incluindo a verificação cruzada de informações e a autenticidade dos documentos apresentados. • Comunicação clara das consequências incluindo a desqualificação do credenciamento, notificação das autoridades competentes e possíveis ações legais. 	Contratante
--	-------------

RISCO 09			
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
(x) Gestão do Contrato			
Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do serviço ou execução dos serviços com qualidade abaixo, identificação de falhas ou omissões na realização do trabalho.			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Alteração dos custos do serviço; Atraso na entrega do equipamento ou realização do serviço; baixa qualidade técnica do serviço; não atendimento do serviço às necessidades técnicas; interrupção dos serviços			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de exigência de experiência da empresa. • Prever penalidades no Termo de Referência. 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação das penalidades previstas no • Termo de Referência; 		Fiscais e gestor do contrato	

RISCO 10			
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
(x) Gestão do Contrato			
Pagamentos indevidos por serviços parcialmente executados ou não executados			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Danos ao erário			

Ação Preventiva	Responsável
<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer inspeção do serviço ao retornar da empresa especializada	Fiscais requisitante e técnico
Ação de Contingência	Responsável
<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer parâmetros no termo de referência	Equipe de planejamento da contratação

Joaçaba/SC, 18 de outubro de 2024.

Edson Rodrigo Besbati
Gerente do SME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0035/2024

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Telefone/Fax: _____ E-mail: _____

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Marca	Preço Em R\$	
					Unitário	Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Execução/ Entrega:

Local de Entrega/Execução: na estrada que liga a comunidade de Sede Belém a comunidade de Barreiros, próximo a Usina de geração de energia Solar.

OBS: Os materiais utilizados serão conforme Termo de Referência e indicados concessionária.

E-mail para o qual deverá ser enviado a Autorização de Fornecimento/Empenho:

Conta para pagamento:

Nome do banco: _____

Agência: _____ N° da Conta Corrente: _____

Local e data:

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS: Emitir em papel timbrado da licitante

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

ANEXO V

MODELO DE CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra para Sede Belém no Município de Herval d'Oeste conforme Termo de Referência.

CONTRATANTE: Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

EMPRESA:

CNPJ:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA:

Nome Completo: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Endereço: _____ N. _____, complemento: _____

Bairro: _____, Município de _____ - Estado _____

Telefones/DDD: _____

Email: _____

Assinatura digital: () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. *A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.*
2. *Caso o responsável pela assinatura do contrato não seja o proprietário, deverá encaminhar a procuração registrada válida e lhe dando esses poderes.*

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO/VISTORIA OU RENÚNCIA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra para Sede Belém no Município de Herval d'Oeste conforme Termo de Referência.

CONTRATANTE: Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

EMPRESA:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, sediada à xxxx n° xxx, Bairro xxxx, Município de xxxxx, por intermédio de seu representante legal xxxxxx, portador da Carteira de Identidade n° xxxx, CPF n°. xxxxxx. DECLARA, declara para os devidos fins, que realizou vistoria no local onde será executada a obra de extensão de rede elétrica, realizando um exame detalhado dos serviços, acessos, transportes, tendo pleno conhecimento de todas as informações, das condições para execução do objeto desta licitação, materiais necessários e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontram esses locais. Declaramos ainda possuir plenas condições de executar o objeto licitado. Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente.

Ou

Optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório. Declaramos ainda possuir plenas condições de executar o objeto licitado incluindo os materiais. Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, INSCRITO NO CNPJ N° 84.591.890/0001-43, ORA EM DIANTE DENOMINADO CONTRATANTE E A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ N° _____, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, NA FORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 0035/2024.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, estado de Santa Catarina, sito na Rua Tiradentes, n° 123, Centro, Joaçaba, inscrito no CNPJ sob n° 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, inscrita no CPF sob n° 0xx.xxx.xxx-05, doravante denominado "CONTRATANTE" e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede no _____, em _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, neste ato representada pelo _____, inscrito no CPF sob n° _____, doravante denominada "CONTRATADA", ajustam entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, a ser regida pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, pelo Regulamento do Simae – Resolução n° 0051/2024 e Pregão Eletrônico n° 0035/2024, Processo 0153/2024 e Protocolo JHL 1028/2024.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a **contratação de empresa para execução de extensão de rede elétrica com fornecimento de materiais e mão de obra para Sede Belém no Município de Herval d'Oeste conforme Termo de Referência**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no presente Contrato.

1.2. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições estabelecidas no Processo 0153/2024, Pregão Eletrônico n° 0035/2024, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente Contrato terá vigência por 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. A empresa deve apresentar na assinatura do contrato a relação de profissionais qualificados e com registro em seus respectivos conselhos de classe (CREA/CAU), incluindo engenheiro eletricista responsável pela obra e técnicos especializados em instalações elétricas de alta e baixa tensão.

3.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.5. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.6. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e gestor do contrato ou pelos respectivos substitutos.

3.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

3.9. A gestora deste Contrato é Francielli Wendland Guaragni Fiorin, lotada no Setor Contábil do Simae, e-mail: contratos2@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

3.10. O fiscal deste Contrato é Edson Rodrigo Besbati, Gerente do Setor Manutenção Eletromecânica, e-mail: sme@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

4. CLÁUSULA QUARTA – MATRIZ DE RISCOS

RISCO 01
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato
Dificuldade na contratação de fornecedor homologado pela CELESC

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
A empresa selecionada não possuir a homologação necessária pela concessionária CELESC, o que atrasaria o início da obra.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Verificar previamente se a empresa está homologada ou se já realizou serviços para a CELESC em projetos similares 		Equipe de planejamento	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Buscar junto a concessionaria lista de empresas homologadas. 		Equipe de planejamento	

RISCO 02			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Projeto técnico inadequado ou com erros			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
O projeto fornecido pela CELESC pode apresentar erros ou inadequações que comprometam a execução ou exijam ajustes, atrasando a obra e aumentando custos.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Reunião prévia com a equipe técnica da CELESC para garantir a aderência do projeto às necessidades da comunidade 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Solicitar revisões imediatas no projeto, garantindo agilidade na correção dos erros antes do início das obras. 		Requisitante técnico	

RISCO 03			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Falta de competitividade no processo licitatório			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			

Poucas empresas homologadas podem participar do processo licitatório, limitando a competição e elevando os preços

Ação Preventiva	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Realizar ampla divulgação da licitação e contato direto com empresas homologadas para garantir maior participação. 	Requisitante técnico
Ação de Contingência	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a viabilidade de reabertura do certame ou redefinir o escopo com ajustes para atrair mais fornecedores. 	Requisitante técnico

RISCO 04

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(x) Gestão do Contrato

Atraso na execução da obra

Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta

Dano

A obra pode sofrer atrasos devido a problemas logísticos, falta de materiais, ou condições climáticas adversas, comprometendo o cronograma estabelecido

Ação Preventiva	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Revisar minuciosamente o edital para identificar quaisquer exigências que possam parecer excessivas ou restritivas. Identificar exigências que parecem desnecessárias, verificar se podem ser ajustadas para permitir uma competição mais ampla; 	Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação crítica do edital; Comunicação com o órgão responsável 	Requisitante técnico

RISCO 05

- (x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

Não realizar ampla pesquisa de mercado durante o estudo técnico preliminar da Contratação.

Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
-----------------------	-----------	-------------	----------

Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
Analisar apenas uma solução de mercado; A solução definida não atender aos resultados pretendidos; Fragilidade na justificativa da contratação.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudo comparativo entre várias soluções da Gestão municipais. Elaborar Estudo Técnico Preliminar robusto, que apresente estudo comparativo realizado. Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consultar sítios da internet, de modo a buscar número possível de fontes. 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Seguir os parâmetros determinado no decreto municipal para efetuar a pesquisa de mercado; 		Responsável pelo Termo de Referência	

RISCO 06			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Indisponibilidade orçamentária frente a valores orçados nos primeiros levantamentos de mercado (ausência de recursos orçamentários ou financeiros).			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Impossibilidade de contratar a solução			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Reservar dotação orçamentária adequada. 		Departamento de Finanças	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar planejamento orçamentário a fim de realizar a aquisição da solução pretendida. 		Equipe de planejamento da contratação	

RISCO 07			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			

Desinteresse das empresas especializadas para o fornecimento e/ou serviço de instalação do equipamento.		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média	(x) Alta
Dano		
Não comparecimento das empresas especializadas e conseqüentemente a não aquisição e realização do serviço necessário.		
Ação Preventiva		Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação crítica do Estudo técnico, Termo de referência sobre especificações técnicas exigidas; Revisão crítica do Estudo técnico 		Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência		Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do processo licitatório. 		Equipe de Licitação

RISCO 08		
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato		
Apresentação de documentação falsa ou vencida por parte da empresa.		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média	(x) Alta
Dano		
Contratação de empresa indevida.		
Ação Preventiva		Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de Documentos originais com cópias autenticadas em cartório, ou verificação no ato do recebimento conferindo com os originais. Consulta em sites de órgãos oficiais. 		Contratante/contratada
Ação de Contingência		Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Verificação mais rigoroso, incluindo a verificação cruzada de informações e a autenticidade dos documentos apresentados. Comunicação clara das conseqüências incluindo a desqualificação do credenciamento, notificação das autoridades competentes e possíveis ações legais. 		Contratante

RISCO 09			
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do serviço ou execução dos serviços com qualidade abaixo, identificação de falhas ou omissões na realização do trabalho.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Alteração dos custos do serviço; Atraso na entrega do equipamento ou realização do serviço; baixa qualidade técnica do serviço; não atendimento do serviço às necessidades técnicas; interrupção dos serviços			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Previsão de exigência de experiência da empresa. Prever penalidades no Termo de Referência. 		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência; 		Fiscais e gestor do contrato	

RISCO 10			
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Pagamentos indevidos por serviços parcialmente executados ou não executados			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Danos ao erário			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer inspeção do serviço ao retornar da empresa especializada 		Fiscais requisitante e técnico	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer parâmetros no termo de referência 		Equipe de planejamento da contratação	

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de _____ (_____), ficando da seguinte forma:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. No valor acima estão incluídos os materiais de acordo com o anexo do Termo de Referência, bem como os serviços.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Dos prazos:

6.1.1. Após o recebimento do Empenho autorizando a execução do serviço a CONTRATADA terá o prazo máximo de **120 (cento e vinte)** dias corridos e improrrogável para entregar os serviços prontos, incluindo os materiais.

6.2. A execução do serviço será na cidade de Herval D'Oeste na estrada que liga a comunidade de Sede Belém a comunidade de Barreiros conforme descrito no item 8.1 do termo de referência.

6.3. A contratada deverá dispor de pessoal e equipamentos necessário para execução do objeto contratual, sendo de responsabilidade da contratada todas as fases desde o preparatório até o recebimento por parte da concessionária e interligação a rede da concessionária.

6.4. O serviço deve ser executado conforme o projeto técnico a ser elaborado pela CELESC, que incluirá a especificação detalhada dos materiais, componentes e acessórios a serem utilizados, tais como postes, cabos, transformador rebaixador de tensão e demais itens necessários para a extensão da rede elétrica.

6.5. A CONTRATADA executará a obra conforme projeto fornecido pela concessionária.

6.6. A CONTRATADA deverá utilizar no mínimo os materiais listados pela concessionária e em conformidade as normas dela, conforme em anexo ao Termo de Referência.

6.6.1. A CONTRATADA será responsável pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos.

6.6.2. Os funcionários deverão estar uniformizados e possuírem acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes sendo os acessórios e equipamentos de segurança compatíveis para cada tipo de trabalho.

6.6.3. Todas as medidas de segurança necessárias devem ser adotadas durante a execução da obra, incluindo sinalização, isolamento da área de trabalho e o cumprimento das normas regulamentadoras relativas à segurança em serviços de eletricidade (NR-10) e em trabalho em altura (NR-35).

6.7. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as exigências e características descritas no Termo de Referência (Anexo II do Edital).

6.8. Recebimento do Objeto

6.8.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.8.2. Os bens, materiais e os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo os bens serem substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis e os serviços corrigidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8.3. O recebimento provisoriamente constará da entrega dos equipamentos, da conclusão da execução da obra que consta do aceite da CONCESSIONARIA e interligação a rede elétrica dela.

6.8.4. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.8.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.9. Garantia, manutenção e assistência técnica:

6.9.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (Doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da data da nota fiscal.

6.9.2. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.9.3. A garantia deve abranger o equipamento(fornecido) e a instalação(serviço), sendo a realização da manutenção pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.9.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e/ou correções necessárias.

6.9.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.9.6. Em caso de falhas, interrupções ou qualquer não conformidade identificada durante o período de garantia, a empresa deverá realizar, sem ônus adicional para a autarquia, os reparos e correções necessários, garantindo o pleno funcionamento do sistema elétrico.

6.9.7. Uma vez notificado o Contratado este deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do comunicado.

6.9.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.9.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.9.10. Os custos inerentes desde o transporte, carga, descarga, diárias, alimentação, retirada e reinstalação do equipamento, ou peças cobertas pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.9.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal de serviços devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Contrato.

7.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, e enviadas ao e-mail tesouraria@simae.sc.gov.br e simae@cofrenfe.com.br da qual deverá constar:

- a) data da emissão;
- b) dados do contrato;
- c) período respectivo de execução do contrato;
- d) valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f) nome do banco, agência e o nº da conta bancária receptora do depósito; e
- g) descrição dos itens objeto da contratação.

7.3. Na existência de erros, a fiscalização aguardará a regularização por parte da CONTRATADA, iniciando-se novo prazo para conferência e pagamento.

7.4. A nota fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa por ausência de documentação, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.6. Persistindo a irregularidade, o Fiscal e/ou Gestor do Contrato deverão adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do respectivo processo administrativo, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.7. O CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos etc., devidos pela CONTRATADA, previstos em lei ou nos termos do Contrato.

7.8. No caso de atraso por parte do CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, pro-rata die de correção monetária.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em __/__/__.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, para demais contratos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.9. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro Contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

9. CLÁUSULA NONA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. A despesa resultante deste Contrato ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2024, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.001

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.511.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Cabe ao CONTRATANTE:

- a)** Tomar todas as providências necessárias à execução do objeto;
- b)** Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pela Diretora Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução do Contrato;

- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a execução dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da CONTRATADA, no que couber;
- e) Emitir, através do Setor Contábil, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação;
- f) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- g) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- h) Fiscalizar a execução do Contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de exigir as correções necessárias quando os serviços não forem considerados satisfatórios;
- i) Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução, em que os serviços estejam sendo prestados de maneira insatisfatória, será a CONTRATADA notificada, para que regularize o atendimento, sob pena de sofrer sanções previstas em Contrato;
- j) O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- k) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Contrato, no Edital e seus Anexos;
- l) Observar para que durante a execução do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Assegurar que os profissionais utilizados para a prestação de serviços estejam regularmente contratados pela CONTRATADA, examinando o registro na carteira de trabalho;
- n) O CONTRATANTE reserva-se no direito de realizar o acompanhamento durante a execução das atividades e caso haja divergência com o solicitado realizara a recusa parcial ou total da nota.

10.2. Cabe à CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Executar a obra conforme projeto fornecido pela concessionária e no prazo indicado no item 6.1.1 da cláusula sexta.
- c) Utilizar no mínimo os materiais listados pela concessionária e em conformidade as normas dela;
- d) Executar o objeto do presente Edital de acordo com o estipulado nos itens deste Edital e seus Anexos (Tanto o projeto quanto a lista de materiais encontram-se em anexo a este Termo de Referência);
- e) **Comunicar o Simae quando finalizar o serviço;**

f) Descrição da Atividade de Montagem:

- I. A contratada deverá dispor de pessoal e equipamentos necessário para execução do objeto contratual, sendo de responsabilidade da contratada todas as fases desde o preparatório até o recebimento por parte da concessionária e interligação a rede da concessionária;

g) Conformidade com Projeto Técnico:

- I. O serviço deve ser executado conforme o projeto técnico a ser elaborado pela CELESC, que incluirá a especificação detalhada dos materiais, componentes e acessórios a serem utilizados, tais como postes, cabos, transformador rebaixador de tensão e demais itens necessários para a extensão da rede elétrica;
- II. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as orientações e especificações do projeto, garantindo que os materiais utilizados sejam de qualidade e compatíveis com as exigências técnicas da CELESC.

h) Caso o serviço executado pela Contratada seja recusado, a Contratada deverá;

- I. *No prazo de 01 (um) útil dia após a Contratada ser notificada da recusa, deverá realizar a retirada do equipamento;*
- II. *E no prazo de 03 (três) dias úteis após a retirada em virtude de recusa, deverá refazer o serviço objeto da recusa, sem custos adicionais ao SIMAE, será considerado para contabilizar o prazo desde o momento da retirada até a devolução do equipamento (locais de retirada e devolução são os mesmos já indicado neste termo de referência.*

- i) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;
- j) Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

O CONTRATANTE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos;

h) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

l) Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução do Contrato;

m) Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da CONTRATADA;

n) Todas as medidas de segurança necessárias devem ser adotadas durante a execução da obra, incluindo sinalização, isolamento da área de trabalho e o cumprimento das normas regulamentadoras relativas à segurança em serviços de eletricidade (NR-10) e em trabalho em altura (NR-35);

o) A empresa deverá seguir todas as normas ambientais vigentes, com a devida responsabilidade no descarte de materiais, bem como garantir que a obra cause o mínimo impacto possível ao meio ambiente local;

p) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

q) Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços solicitados;

r) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

s) A Contratada obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado;

t) **Fornecer e manter atualizado os números de telefone, junto ao CONTRATANTE, informando imediatamente por escrito ao setor de compras e ao setor de manutenção eletromecânica, quaisquer modificações deles;**

u) Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado e com registro em seus respectivos conselhos de classe (CREA/CAU), incluindo engenheiro eletricista responsável pela obra e técnicos especializados em instalações elétricas de alta e baixa tensão;

v) Observar a legislação brasileira sobre segurança e higiene do trabalho, bem como as normas e instruções de segurança do SIMAE. A CONTRATADA é obrigada a manter os trabalhadores com indumentárias adequadas. Os custos com a Segurança e Medicina do Trabalho deverão estar incluídos no preço proposto;

- w) Refazer, por sua conta, os serviços considerados mal executados ou quando utilizado material de má qualidade;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.9.3. Indenizações e multas.

11.10. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores, e neste Contrato.

13.2. As penalidades que poderão ser cominadas, isolada ou cumulativamente, ao CONTRATADA são:

I – Advertência, que será aplicada na hipótese de dar causa a inexecução parcial do Contrato;

II - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do item em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento);

b) 20% (vinte por cento) no caso de a CONTRATADA não entregar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão do Contrato, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

III – Impedimento de licitar e de contratar com o Simae, de acordo com o art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21: a CONTRATADA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, na hipótese de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, conforme art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

13.4 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

13.4.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

13.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.4.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento do Simae – Resolução nº 51/2024.

13.7 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos, após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviço/empenho/autorização de fornecimento.
- b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo CONTRATANTE por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

13.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

15.1 Na execução deste Contrato aplicar-se-á a Lei nº 14.133/2021 e alterações e ainda os preceitos gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2 A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 14.133/2021 e suas alterações, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.4 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa do CONTRATANTE, exceto nos casos previstos em lei.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

16.2 E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Joaçaba/SC, _____.

CONTRATANTE

CONTRATADO